



ANEXO

HISTÓRICO PROCESSUAL PRODUZIDO PELA SERUR

PROCESSO Nº 289256/2018

PEDIDO DE RESCISÃO

(PROTOCOLO ENCAMINHADO À SERUR PARA ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO EM PROCESSO DE PEDIDO DE RESCISÃO)

1. INTRODUÇÃO

As informações apresentadas neste documento foram preparadas para expor ao responsável pela Secretaria de Controle Externo de Recursos (Serur) a contextualização do Processo nº 289256/2018 (Pedido de Rescisão), bem como dos demais protocolos relacionados ao objeto discutido (Processo nº 221023/2015, Representação de Natureza Externa), oferecendo-lhe uma visão histórica, completa e sistemática dos autos visando subsidiá-lo na elaboração de um despacho sintético, exato e confiável.

Nisso, de pronto, seguem as informações selecionadas ao fim proposto.

2. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO Nº 289256/2018

O Processo nº 289256/2018 trata de Pedido de Rescisão (Documento nº 173853/2018), com efeito suspensivo, interposto pela empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda, em face do Acórdão nº 23/2017-PC (Documento nº 336531/2017 do Processo nº 221023/2015), que julgou procedente a Representação de Natureza Externa (Processo nº 239771/2019) originada do ofício encaminhado pelo Procurador-geral do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso, senhor Luiz Gustavo Tarraf Caran, acerca de indícios de irregularidades na execução do Contrato nº 35/2012, cujo objeto foi a prestação de serviços especializados em tecnologia da informação, formulada em desfavor do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso (DETRAN-MT).

O Relator, em decisão monocrática (Decisão nº 842/MM/2018, Documento nº 186930/2018), recebeu o Pedido de Rescisão, porém indeferiu o pedido de efeito suspensivo, por não estarem presentes elementos imprescindíveis à formação de uma convicção segura na





via estreita de cognição superficial própria dessa fase processual, a qual só poderia ser alcançada com a regular instrução do processo.

Na sequência a empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda requereu reconsideração (Documento nº 252781/2018) da decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo. A reconsideração foi recebida como Agravo pelo Relator, que deferiu o pedido de efeito suspensivo com atingimento exclusivo à empresa agravante (Decisão nº 1361/MM/2018, Documento nº 261200/2018).

Em decisão plenária (Acórdão nº 50/2019-TP, Documento nº 57307/2019), os Conselheiros, por maioria, acompanhando o voto-vista da Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques (Documento nº 48437/2019) e de acordo com o Parecer nº 07/2019 do Ministério Público de Contas (Documento nº 730/2019), preliminarmente, receberam o Pedido de Reconsideração como Recurso de Agravo, tendo em vista a ausência de previsão regimental para a via eleita e a impossibilidade dos direitos individuais sobrepor o interesse público no caso concreto; não conheceram o Recurso de Agravo, tendo em vista a sua intempestividade (mais de 2 meses); e, não homologaram a Decisão Singular nº 1361/MM/2018.

Chamada aos autos, a Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas (Secex-Contratações) (Documento nº 60902/2020) concluiu pelo não provimento do Pedido de Rescisão, em face da imprestabilidade dos serviços parcialmente executados, bem assim a completa frustração dos objetivos do contrato, de modo que a totalidade dos recursos pagos à empresa contratada deveriam ser ressarcidos aos cofres públicos.

Atentos à manifestação da Secex-Contratações, os Conselheiros, em decisão plenária (Acórdão nº 403/2020-TP, Documento nº 254539/2020), por unanimidade, de acordo com o Parecer nº 2.698/2020 do Ministério Público de Contas (Documento nº 64952/2020) e acompanhando o voto do Relator (Documento nº 236587/2020), jugaram improcedente o Pedido de Rescisão proposto pela empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda, mantendo-se inalterados os termos Acórdão nº 23/2017-PC (Processo nº 221023/2015).

Inconformada com a decisão plenária, a empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda interpôs Embargos de Declaração (Documento nº 269419/2020) a fim de corrigir erro de premissa fática e omissão ocorridos no Acórdão nº 403/2020-TP.





Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo pelo Relator (Documento nº 171921/2021) e, por decisão plenária (Acórdão nº 149/2022-TP, Documento nº 122473/2022), em razão da ausência de omissão ou contradição da decisão recorrida, foi negado o seu provimento, por unanimidade, acompanhado o voto do Relator (Documento nº 115883/2022) e de acordo com o Parecer nº 3.748/2021 do Ministério Público de Contas (Documento nº 174915/2021), mantendo-se inalterados o teor da decisão embargada.

Na sequência, ainda inconformada, a empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda interpôs Recurso Ordinário (Documento nº 137451/2022), que, em síntese, alega atestamento do cumprimento do objeto do contrato em destaque, estando alicerçado em provas produzidas em inquérito civil do Ministério Público Estadual que motivaram o arquivamento do processo no órgão ministerial.

3. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO Nº 221023/2015

O Processo nº 221023/2015 tratou de Representação de Natureza Externa (RNE) autuada em 18/09/2015 para apurar indícios de ilegalidade no Contrato nº 35/2012/DETRAN-MT, de 11/06/2012 (fls. 25-32 do Documento nº 176410/2015 do Processo nº 221023/2015), e nos seus respectivos pagamentos, celebrado entre o DETRAN-MT – sob a responsabilidade do senhor Teodoro Moreira Lopes, subscritor do termo contratual – e a empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda.

A RNE foi apresentada pelo senhor Luiz Gustavo Tarraf Caran, Advogado-Geral do DETRAN-MT (fl. 1 do Documento nº 176410/2015 do Processo nº 221023/2015), a partir de informações reunidas no Processo Administrativo da CGE-MT nº 687472/2014, de 15/12/2014 (fl. 2 do Documento nº 176410/2015 do Processo nº 221023/2015).

Em última manifestação conclusiva, a Secretaria de Controle Externo da Relatoria do Conselheiro José Carlos Novelli (Documento nº 264176/2017 do Processo nº 221023/2015), confirmou a ocorrência de falhas no planejamento do Contrato nº 35/2012, conforme Plano de Trabalho nº 41/2011 (Irregularidade HB 99), sob a responsabilidade do senhor Maurício de Oliveira Rodrigues, Coordenador de Tecnologia da Informação do DETRAN-MT, Fiscal do Contrato.

Nessa linha fiscalizatória, os Conselheiros que atuavam na Primeira Câmara (Acórdão nº 23/2017-PC, Documento nº 336531/2017 do Processo nº 221023/2015), por





unanimidade, acompanhando o voto da Relatora (Documento nº 324422/2017 do Processo nº 221023/2015) e de acordo, em parte, com o Parecer nº 4.637/2017 do Ministério Público de Contas (Documento nº 272829/2017 do Processo nº 221023/2015), preliminarmente, conheceram e, no mérito, julgaram procedente a Representação de Natureza Externa, acerca de irregularidades na execução do Contrato nº 35/2012/DETRAN-MT, cujo objeto foi a prestação de serviços especializados em tecnologia da informação, formulada em desfavor do citado órgão estadual, sendo determinado que o senhor Teodoro Moreira Lopes e a empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda restituíssem aos cofres públicos estaduais, solidariamente, o montante de R\$ 109.428,51, a ser atualizado, relativo ao montante pago na execução do Contrato nº 35/2012/DETRAN-MT sem benefício para a sociedade; e, aplicada ao senhor Teodoro Moreira Lopes e à empresa Ábaco Tecnologia de Informação Ltda, para cada um, a multa de 10% sobre o valor atualizado do dano indicado.

Atualmente, na data de 03/10/2022, o Sistema Control-P mostra que o Processo nº 221023/2015 encontra-se tramitado ao Setor Serviço de Arquivo.

Produzido por Alexandre Magno Ribeiro, Técnico de Controle Público Externo
Secretaria de Controle Externo de Recursos, Cuiabá-MT, 03/10/2022

